

Esta obra está organizada em quatro secções, constituídas por um número desigual de textos: I. “Imagología, perspectivas teóricas” (dois textos); II. “Imágenes den la literatura y otras artes” (15 textos); III. “La construcción histórica de la imágen” (9 textos); e IV. “Imágenes de las lenguas” (4 textos). Por conseguinte, nesta indagação sobre as imagens de si e dos outros, destaca-se o campo da literatura como espaço de construção e de constante revisão dessas representações.

Por fim, como seria de esperar, os investigadores que se uniram para esta reflexão imagológica são oriundos de variadas universidades – de Espanha (Ana Belén García Benito, Beatriz Peralta García, Enrique Santos Unamuno, Ignacio Chato Gonzalo, Isabel Soler, Juan Manuel Vicente García, M^a Jesús Fernández, Silvia Amador, Santiago Pérez Isasi); de Portugal (Ana Belén Cao Míguez, Ana Luísa Vilela, Ana Raquel Simões, Antonio Sáez Delgado, Carlos Manuel Ferreira da Cunha, Carlos Pazos, Gabriel Magalhães, Graça Capinha, José Cândido de Oliveira Martins, Maria Helena de Araújo e Sá, Maria João Simões, Maria João Teles, Maria Manuel Baptista, Rogério Miguel Puga, Sílvia Melo-Pfeifer, Susana Senos); da Holanda (Lily Coenen, Joep Leerssen, Yolanda Rodríguez Pérez); de França (Daniel-Henri Pageaux e Maria Graciete Besse); da Alemanha (José Manuel López de Abiada); dos EUA (Julie M. Dahl); e de Macau (Dora Nunes Gago).

Em suma, pela enorme potencialidade desta área de estudos e pela pertinência dos temas abordados, estamos perante uma obra de referência no domínio dos estudos da imagologia peninsular. Os estudos luso-castelhanos beneficiam desta importante contribuição, aguardando novos projetos de investigação neste campo tão fecundo.

Saramago, José, *Que farei com este livro?*, Lisboa, Editorial Caminho, 1980, 167 pp.

Christine Zurbach
Universidade de Évora
zurbach@uevora.pt

Da Literatura, dos escritos e dos seus livros

Neste breve apontamento suscitado pela peça *Que farei com este livro* de José Saramago, apenas me ocuparei da obra enquanto *texto* e não da sua receção teatral.

Optei assim por um caminho que inverte a preocupação legítima dos modernos estudiosos do teatro que, em nome da própria essência da arte teatral, declaravam o fim do predomínio do texto no discurso crítico e teórico em torno do teatro. Tal atitude derivava, como é sabido, de um reajuste operado na própria prática teatral, a partir da segunda metade do século XX, em que se assistia a uma revisão por vezes radical do estatuto do texto no teatro. Na sequência da afirmação crescente da arte do encenador, uma nova relação entre texto e cena, pela qual se questionava um textocentrismo até então dominante no trabalho teatral, afastava a “literatura” do teatro entendido como forma autónoma de expressão artística.

Certamente que o radicalismo de tal entendimento do teatro pecava por excesso e, na verdade, para alguns teóricos, importava antes reajustar a conceção e a leitura do texto teatral, tendo em conta desde logo a especificidade do género (ou do texto) cuja vocação cénica é bem patente numa larga maioria da escrita das obras que compõem o repertório. No entender de Bernard Dort, nomeadamente, “tanto Schlegel como d’Aubignac assinalam bem que o texto dramático é regido por uma espécie de modelo teatral, por uma espécie de contrato cénico inicial e que, afinal, não se podem escrever textos, ou melhor, peças, senão no quadro da representação, tal como na época se concebia. É por motivo de uma certa prática que as peças são diferentes, pois a prática era diferente”¹, e conclui: “[...] o debate teórico em que se opõem totalmente o texto e a cena é um debate um pouco enganoso e falso, pois repousa sobre entidades que, de facto, são bem pouco separadas”². Será, pois, não apenas legítimo mas adequado ler uma peça de teatro como obra literária e/ou teatral.

Resta esclarecer que esta minha opção resulta da particularidade do tema tratado na peça e do seu evidente interesse para os nossos tempos de crise instalada na Literatura. Aqui fala-se de uma obra – porventura o maior expoente da língua e da literatura nacional – mas sob o ângulo de um discurso focalizado no seu autor,

¹ Bernard Dort, in *O Texto e o Acto. 32 anos de teatro (1968-2000)*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 128.

² *Ibid.* p.129.

Luís de Camões, descrito na sua qualidade sócio e historicamente situada de escritor de um livro que, para o comum das pessoas que passaram pela escola portuguesa, parece dever beneficiar hoje de um inquestionável reconhecimento universal. No entanto, como é sabido e como o descreve Saramago, o seu autor não assistiu a tal tratamento em vida: atraído pela sua vocação irreprimível de testemunho crítico da saga dos descobrimentos, hostilizado pelos políticos, acabou por entregar ao mestre impressor António Gonçalves o privilégio da sua obra em troca de cinquenta mil reis porque “precisava de comer” (Saramago 198:151). Nessa cena final fica concluída a sequência de quadros que compõem a peça *Que farei com este livro?*, organizados de acordo com a cronologia dos acontecimentos que envolvem o regresso de Luís de Camões a Portugal em 1570 e a sua intenção de fazer publicar a epopeia que trouxe com ele da Índia, “em oitava rima sobre as navegações que fez D. Vasco da Gama à Índia e sobre os feitos dos portugueses desde o princípio”³.

Neste triste episódio encontramos matéria para debater várias questões relativas ao domínio da vida cultural e social que designamos em termos genéricos por *literário*. Centrada na figura do poeta, a temática tratada nesta peça é estruturalmente construída em torno do percurso de uma obra específica e do seu autor numa determinada época e sociedade, mas o discurso da obra levanta questões que se revelam fulcrais para uma perceção da literatura, não só no quadro descrito, mas também nos nossos tempos de gestão mundializada da cultura e de promoção da “sous-littérature, [...] *world fiction* et tout ce qui, étant pure invention du marché, relève seulement de l'économie” como o afirma o romancista Pierre Michon⁴, distinguindo todavia a permanência ou persistência do que chama “la littérature proprement dite”.

A questão em torno do que designámos antes por *literário* que encontra maior relevância nesta obra de Saramago diz respeito às relações entre Literatura e Sociedade, entre o escritor e o poder, mas a intriga, aqui ganhando o estatuto de parábola, não propõe ao leitor e ao espetador uma mera reflexão sobre o passado remoto da época renascentista e o injustiçado poeta Camões. De facto, uma leitura distanciada da ação que sustenta a peça de Saramago também estimula uma reflexão sobre problemáticas que, se neste texto, são

³ José Saramago, *Que farei com este livro?*, 1980, p.58.

⁴ Pierre Michon, *Le Roi vient quand il veut*, Albin Michel, 2007, p.156.

associadas à aventura dos *Lusíadas* no universo cultural português de quinhentos, não se alheiam (antes redobram) da sua atualidade e pertinência hoje. E, sem exceder os limites da interpretação postos por Umberto Eco, não é ilegítimo pensar que o próprio romancista, autor da peça, também pode ser visto como sujeito retratado nesta fábula histórica, em que encontramos os ingredientes preocupantes de situações que farão do autor Saramago um duplo do protagonista, quer em termos subjetivos e autobiográficos, quer em termos simbólicos. A peça apresenta-se, assim, como um texto naturalmente inscrito na bibliografia multifacetada de José Saramago à qual pertence com uma dupla legitimidade, não como uma extravagância no percurso de um romancista, mas como mais um lugar, talvez em voz mais alta, de expressão do seu pensamento tão saudavelmente crítico sobre o mundo.

Um último comentário, inspirado ainda pela opção de uma escrita que, em termos formais, favorecerá a receção reflexiva do espectador – e que encontramos na obra brechtiana, por exemplo. Se a peça de José Saramago, publicada em 1980, evoca um autor do século XVI cujo reconhecimento foi problemático no seu tempo, não o será igualmente (de novo) na nossa atualidade? Na verdade, enaltecido por motivos vários, nem sempre isentos de “ruídos” de natureza predominantemente ideológica, o poeta Luís de Camões parece de novo não merecer ser escutado, nem na cultura escolar que ainda há pouco lhe dava guarida sem contestação de maior, ficando na pose daquele que, na peça, “com um joelho em terra”, se dirige ao rei, dizendo: “Permiti, senhor, que vos leia, e que as ouça a corte, algumas oitavas, estas que não há muitos dias compus, a dedicatória a Vossa Alteza”. A difícil aceitação, pela nossa época, de um lugar para a literatura ganhou, como é sabido, uma relevância crescente nos últimos decénios, e nesta peça, além do tema, com incidência histórico-ideológica, do autor na sociedade em geral, e sobre o modo como a produção literária é percebida pelo poder, parece reenviar quem escreve, num retrocesso doloroso e algo chocante, para a pergunta: *Que farei com este livro?* E lamentavelmente nem será hoje necessário para correr tal risco, o de não ser lido, ser, como Camões, portador de um discurso inconveniente sobre a realidade e a verdade.

No recurso à figura histórica mais emblemática na literatura portuguesa, Luís de Camões, entre mito e realidade, pela pena de José Saramago, o texto explana o discurso de um escritor contemporâneo sobre o lugar de um escritor / de uma obra na sociedade do seu

tempo, mas, sem prejuízo para a dimensão histórica da obra, o que mais pode interessar a um encenador cujo trabalho é dirigido a um destinatário inscrito no tempo presente, em 2007, será o eco de tal texto na sociedade atual, pondo a fábula no sentido brechtiano da peça, os temas e o discurso que a compõem a discursar sobre o destino das obras, no e do passado, e em última instância, sobre a Literatura hoje.

Sanches, Manuela Ribeiro (org.), *Deslocalizar a Europa. Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa, Cotovia, 2005.

Sanches, Manuela Ribeiro (org.), *Portugal não é um país pequeno. Contar o 'Império' na Pós-Colonialidade*. Lisboa, Cotovia, 2006.

José Alberto Ferreira

Centro de História da Arte e Investigação Artística da

Universidade de Évora

jaf@escritanapaisagem.net

Das viagens da teoria

1. Há livros capazes de desarrumar o mundo. Foucault disse-o quando lembrou a permeabilidade do pensamento moderno a pensar o impensável e a permanentemente deslocar os limites. São muitas as radicais formulações que durante o século XX o confirmaram. Os dois livros sobre os quais me debruço aqui são livros desses: o primeiro porque funda(menta) um campo de estudos em clara expansão entre nós (expansão precedida de fortes resistências académicas e disciplinares); o segundo porque dá corpo a uma re-leitura das relações entre a nação, a europa e o império, atenta à história recente e às consequências do novo quadro teórico dentro do qual opera. Dois livros fundamentais para o pensamento contemporâneo sobre Portugal, alicerçado nos cruzamentos disciplinares e na matriz das teorias pós-coloniais, teorias em viagem e em devir.